

O PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO NOS CRIMES EM ESPÉCIE: POSSE OU PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO



RAMOS, Fernanda¹; COSTA, Rafaela¹; RAMOS, Vitória¹
*vitoriamotaramos@gmail.com

NUNES, Simone T. Gonçalves²; OLIVEIRA, Juliana Gonçalves de²; PERBONI, Viviane²; SILVA, Carolina Alt Silva da²; GOMES, Marcos Gularte²

¹ Discentes do Curso de Direito, Nível 5 2025/1 - Faculdade IDEAU – Bagé/RS.
² Docentes do Curso de Direito, Nível 5 2025/1 - Faculdade IDEAU – Bagé/RS.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo propõe-se a analisar o Inquérito Policial como instrumento essencial da persecução penal, especialmente no que concerne os crimes envolvendo o porte ou a posse ilegal de arma de fogo de uso restrito. A pesquisa parte do exame teórico do inquérito policial, abordando sua finalidade, seus princípios e a importância no âmbito da investigação criminal.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, estruturada a partir da conjugação de dois instrumentos complementares: a realização de um projeto de extensão de caráter educativo-informativo e a análise de um estudo de caso jurídico. A combinação dessas estratégias buscou não apenas proporcionar uma compreensão teórica e prática acerca do procedimento investigatório nos crimes de posse ou porte de arma de fogo de uso restrito, como também fomentar a conscientização da sociedade civil sobre a relevância e os impactos desse fenômeno jurídico-penal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos por meio da pesquisa de opinião revelaram que parte significativa da população ainda possui dúvidas sobre o funcionamento do inquérito policial e sobre os procedimentos básicos ligados à persecução penal. Embora 90% dos entrevistados saibam da possibilidade de registrar uma ocorrência online, apenas 12,5% já utilizaram esse recurso, e mais da metade demonstrou desconhecimento sobre a estrutura e o papel do inquérito. A análise de um Inquérito Policial instaurado pela Polícia Civil de Bagé - DRACO, (Inquérito Policial n.º 229/2019/151110/A) demonstrou a relevância do procedimento formal de investigação, sobretudo em casos que envolvem armamentos de uso restrito, dada a gravidade e o potencial ofensivo desses crimes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da articulação entre uma ação extensionista e a análise de um inquérito policial real, foi possível não apenas investigar a aplicação prática da legislação penal no contexto das investigações criminais, como também promover a conscientização da população a respeito da importância do inquérito policial no sistema de justiça. A elaboração e divulgação de um folheto informativo por meio das redes sociais mostrou-se uma estratégia eficaz de educação jurídica, sobretudo por alcançar públicos diversos e facilitar o acesso ao conhecimento. A análise dos resultados obtidos por meio da pesquisa de opinião, indicam a necessidade de intensificar ações educativas voltadas à cidadania jurídica, especialmente no que se refere ao acesso à justiça e à compreensão das etapas que envolvem a apuração de infrações penais. A apreciação do inquérito policial instaurado pela Polícia Civil de Bagé sugere que a atuação da autoridade policial e a observância das garantias legais decorrem em um inquérito bem conduzido para a formação da opinio delicti e para a responsabilização penal. Assim, conclui-se que, além de sua função jurídica, o inquérito policial desempenha um papel fundamental na legitimação do sistema penal perante a sociedade, sendo essencial que esse instrumento seja compreendido, fiscalizado e valorizado como parte integrante da justiça criminal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Penal. Vade Mecum Saraiva. 37ª ed. Saraiva, 2024.

BRASIL. Código de Processo Penal. Vade Mecum Saraiva. 37ª ed. Saraiva, 2024.

BRASIL. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

NUCCI, Guilherme de S. Manual de Processo Penal - Volume Único - 6ª Edição 2025. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.